

Emendas chegam a propor que Acre vire país

Secretaria geral da Mesa já recebeu 500 emendas individuais sobre os mais diversos temas

Nem do Brasil, nem da Bolívia. O Acre agora, 85 anos depois de ter sido incorporado ao País, pode se transformar em um estado independente se o plenário da Assembleia Nacional Constituinte aprovar a emenda do deputado Osmir Lima (PMDB/AC), propondo a anulação de sua incorporação e a revogação da lei que elevou o antigo Território a Estado da Federação Brasileira. Esta é apenas uma das quase 500 proposições que chegaram até as 19h de ontem à Secretaria Geral da Mesa, que registrou ainda cerca de 10 propostas de plebiscito, muitas sugestões de eleições gerais e até a proibição da dissolução do casamento e do aborto.

As questões do sistema de governo e do mandato presidencial se encontram entre as proposições de diversos constituintes. Pelo menos quatro preferem deixar a solução para um plebiscito a ser realizado após a promulgação da nova Carta, com os mandatos dos atuais governantes se encerrando 120 dias depois das eleições, com a posse dos eleitos.

Entre as várias emendas, há algumas que até podem ser incluídas nas Disposições Transitórias do texto, mas não se constituem em matérias constitucionais, como as apresentadas pelos deputados José Viana (PMDB/RO) e Jorge Leite (PMDB/RJ). O primeiro propõe que, durante 10 anos, 1 por cento do orçamento da União seja destinado à Codevasf, para aplicação em obras de regularização do rio São Francisco; o outro constituinte pede incentivos fiscais, pelo mesmo período, à região norte-fluminense, "iguais aos concedidos ao Polígono das Secas", explica na sua justificativa.

Enquanto o deputado Costa Ferreira (PFL/MA) limita o número de divórcios a um, Chagas Duarte (PFL/RR) apresenta sua emenda estabelecendo que o "casamento é indissolúvel" e pede que o aborto seja tipificado como crime, "salvo quando n-ao haver meios de salvar a vida da gestante", esclarece na emenda.

O plebiscito também foi sugerido pelo deputado Amaral Neto (PDS/RJ), para o estabelecimento da pena de morte no Brasil, e por Siqueira Campos, para que a população da área que

constituirá o futuro estado de Tocantins se manifeste sobre sua criação. Sem pedir consulta popular, mas querendo logo uma definição do sistema de Governo para o Brasil, o deputado Furtado Leite (PFL/CE) propõe nova redação ao artigo 2º das Disposições Transitórias do Projeto de Constituição, estabelecendo que as proposições relativas ao sistema de Governo "entrarão em vigor em 15 de março de 1988".

Mesmo não concordando com as datas de realização de eleições gerais, os deputados Mozerildo Cavalcanti (PFL/RR) e José Santana de Vasconcelos (PFL/MG) querem plebiscitos simultâneos, o primeiro só no próximo ano; o segundo, ainda em novembro de 88. Já a deputada Lúcia Braga (PFL/PB) apresentou emenda propondo eleições gerais 10 meses após a promulgação da nova Carta, com os mandatos dos atuais governantes se encerrando 120 dias depois das eleições, com a posse dos eleitos.

A defesa das diretas três meses após o término da Constituinte foi decidida pelos líderes dos históricos ou autênticos durante encontro no Hotel Nacional, ontem pela manhã, como uma tentativa de conter os integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) que pretendiam abandonar o PMDB. Na véspera, cerca de 65 históricos haviam se reunido no apartamento do senador Mário Covas para uma avaliação a respeito do movimento. Foi naquela ocasião que o pessoal do MUP deixou claro que sairia imediatamente do partido a menos que fosse declarada a ruptura formal com o governo.

A idéia salvadora partiu do senador Fernando Henrique Cardoso. Acenando com eleições em prazo mais curto, ele visava dois objetivos: de um lado, acalmava as insatisfações dos mupistas, já que perdia sentido a tese de romper com um governo em finalização de mandato; de outro, atendia os interesses da máquina partidária em manter os dez mil cargos que ocupa na administração pública.

Entre os líderes dos autênticos, há ainda a convicção de que, do ponto de vista da opinião pública, a ruptura formal é dispensável. "No momento em que defendemos eleições já, sendo que o presidente Sarney gostaria de ficar cinco anos no poder, o nosso afastamento

EUGENIO NOVAES



O ex-ministro Bresser Pereira (D) reaparece e participa da reunião dos históricos juntamente com José Richa, Franco Montoro e Mário Covas

Históricos se reúnem para propor diretas já

A defesa das diretas três meses após o término da Constituinte foi decidida pelos líderes dos históricos ou autênticos durante encontro no Hotel Nacional, ontem pela manhã, como uma tentativa de conter os integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) que pretendiam abandonar o PMDB. Na véspera, cerca de 65 históricos haviam se reunido no apartamento do senador Mário Covas para uma avaliação a respeito do movimento. Foi naquela ocasião que o pessoal do MUP deixou claro que sairia imediatamente do partido a menos que fosse declarada a ruptura formal com o governo.

A idéia salvadora partiu do senador Fernando Henrique Cardoso. Acenando com eleições em prazo mais curto, ele visava dois objetivos: de um lado, acalmava as insatisfações dos mupistas, já que perdia sentido a tese de romper com um governo em finalização de mandato; de outro, atendia os interesses da máquina partidária em manter os dez mil cargos que ocupa na administração pública.

Entre os líderes dos autênticos, há ainda a convicção de que, do ponto de vista da opinião pública, a ruptura formal é dispensável. "No momento em que defendemos eleições já, sendo que o presidente Sarney gostaria de ficar cinco anos no poder, o nosso afastamento

do governo torna-se evidente perante o eleitorado", admitiu o ex-ministro Bresser Pereira, que participou da reunião.

Eleições presidenciais diretas 90 dias após a promulgação da nova Constituição, ou seja, entre junho e agosto deste ano. E esta a proposta que os históricos do PMDB deverão aprovar na reunião que realizará hoje, a partir das 9 horas, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Em compensação, ao contrário do que estava previsto anteriormente, o documento final dos autênticos n-ao falará em ruptura com o governo. A explicação do ex-ministro Bresser Pereira, que participou ontem de reunião preparatória, é que os 22 governadores do partido dependem financeiramente da União e ficarão em posição difícil. De qualquer forma, ele fez questão de advertir que o candidato peemedebista à sucessão presidencial só vence as eleições se ficar "o mais distante possível" do Palácio do Planalto.

Além das diretas já, os históricos também aprovaram um documento de conteúdo econômico, rascunhado ontem pelo ex-ministro da Fazenda. No texto, de treze linhas, é defendido o corte drástico dos gastos públicos e uma posição dura no tratamento da dívida externa. O autoritarismo, o conservadorismo, o populismo, o nacionalis-

mo xenofóbico e o estatismo também são criticados.

MUP

Esta fórmula é considerada conveniente, ainda, no sentido de trazer para o movimento histórico figuras-chave como o deputado Ulysses Guimarães. Na opinião de um dos políticos que esteve na reunião preparatória de ontem, as eleições já afastam definitivamente a candidatura do governador Orestes Quêrcia e fazem do multipresidente um candidato imbatível dentro do partido.

Como, além das eleições imediatas, os autênticos também defenderão a adoção do parlamentarismo, abrem-se dois cargos importantes capazes de satisfazer as principais vertentes em que hoje se divide o PMDB. Para presidente, com o apoio provável da ala moderada, o próprio Ulysses; para primeiro-ministro, alguém que agrade à esquerda, como Fernando Henrique Cardoso ou Mário Covas.

Em sua reunião de hoje, os peemedebistas históricos discutirão, ainda, fórmulas para agilizar os trabalhos da Constituinte. Tão logo seja promulgada a nova Carta Magna, eles querem que o partido realize convenção nacional para escolha do candidato à Presidência da República, que deve ir o mais rápido possível para as ruas. De preferência, totalmente desvinculado do governo Sarney.

Esquerda admite aparecer só para alertar partido

O Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB vai participar da reunião do grupo denominado "históricos" prevista para hoje, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. A decisão saiu do encontro realizado quinta-feira, quando os parlamentares que formam o MUP discutiram o assunto e os rumos que podem tomar dentro do partido. De acordo com o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), que funciona como uma espécie de coordenador do MUP, a presença será para fazer ver aos demais integrantes as posições políticas do grupo e as críticas que os mesmos fazem ao atual comportamento de setores do PMDB.

De acordo com Friedrich, o MUP participa do encontro, mas leva propostas muito claras, como o rompimento com o governo federal, "não apenas um rompimento formal, mas

um rompimento claro, com a entrega dos cargos, dos ministérios, daqueles que sejam efetivamente peemedebistas". Outra exigência do MUP é que seja estipulado um prazo, "que tem de ser curtíssimo", para que se faça a divisão do partido, "já que ela existe e necessita apenas ser formalizada. Precisa haver este racha, ou através de uma convenção extraordinária, ou de um congresso extraordinário do partido".

O MUP vai exigir dos participantes do encontro, daqueles que estão entre os que fundaram e que defendem a linha programática do PMDB, "que tenham um compromisso de manter os avanços da Assembleia Nacional Constituinte". Acredita Nelson que o encontro vai ter um desdobramento, em três grandes pontos: as relações internas do PMDB, a questão do PMDB e a sociedade, PMDB e o governo.

EUGENIO NOVAES



Reunido ontem, o MUP pediu rompimento já com o Governo

Luta é contra desgaste

O coordenador da bancada do PMDB pernambucano, deputado Maurílio Ferreira Lima, estava ontem irritado com a radicalização do MUP. Ele participou do encontro de quinta-feira à noite, no apartamento de Mário Covas, entre "históricos" e o MUP, revelando que o líder deixou claro o objetivo da reunião desta manhã: identificar os peemedebistas que pretendem trabalhar no sentido de salvar o partido do atual desprestígio que o marca junto à opinião pública urbana. E acrescentou Maurílio: "A reunião não é o velório do PMDB, mas o marco inicial de um processo de guerra política interna contra os inimigos do partido".

Para o deputado pernambucano, "o MUP, com suas colocações, é tão pernicioso à nossa legenda quanto à direita que se infiltrou no PMDB". Na sua opinião, combatendo o PMDB, mas não saindo do PMDB, os integrantes do MUP têm comportamento indecoroso, uma agressão aos que querem lutar pelo partido".

No encontro no apartamento de Covas integrantes do MUP, como Fernando Lyra (PE) e Nelson Friedrich (PR), disseram que o PMDB é um partido falido, superado, repudiado, fracassado e que traiu os compromissos populares. Os desabaços do MUP provocaram reações, a começar pelo ex-governador Franco Montoro.

O PMDB não precisa mais romper com o governo, porque o governo já rompeu com o PMDB. Esta deverá ser a colocação básica da reunião do chamado "grupo histórico" do PMDB no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Covas e o senador José Richa acham que a reunião de hoje não é o local, nem o momento para declarar o rompimento de relações do PMDB com o governo. A decisão seria da competência da convenção nacional. Os "históricos" defendem a convenção depois de promulgada a nova Constituição, mas o MUP prefere "convenção já" para aprovar o "rompimento já".

Os integrantes do MUP, entretanto, sentindo a reação de líderes do "grupo histórico", como Covas, Franco Montoro, José Richa e outros, contrária à declaração de guerra ao governo, já estão aceitando a colocação de reconhecer que o governo já rompeu com o PMDB. Aprovada esta colocação, haverá um trabalho de "corpo-a-corpo" junto aos ministros considerados "peemedebistas", para convencê-los a deixarem o governo. Somente serão procurados Almir Pazzianotto, Luiz Henrique, Renato Archer, Iris Rezende e Celso Furtado. Há informação de que, desse grupo ministerial, Luiz Henrique não pretende sair e Almir Pazzianotto não pretende ficar.

Paulistas jogam em bloco

São Paulo — (Sucursal) — Além de articular a manutenção da proposta de reforma tributária que consta no texto aprovado pela Comissão de Sistematização, o governador Orestes Quêrcia está exercendo a sua influência para que seja aumentada na Constituição a representação paulista no Congresso Nacional.

Ontem, o seu fiel escudeiro, o presidente regional do PMDB, deputado Aírton Sandoval, enviou telegrama a todos os constituintes de São

Paulo, inclusive de outros partidos, recomendando que não assinem nenhuma emenda coletiva em que não conste o aumento da representação parlamentar de São Paulo.

"Deveríamos ter 114 deputados e temos 60. O relatório de Bernardo Cabral mantém as disposições do pacote do governo Geisel, que foi feito para garantir a sua própria maioria. E isso é extremamente prejudicial para São Paulo" — argumentou Sandoval no telegrama.

Bancada goiana quer o consenso interno

Goiânia (sucursal) — A bancada do PMDB de Goiás na Constituinte poderá adotar uma posição unitária em torno dos temas mais polêmicos, como a duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo. Os parlamentares estarão reunidos com o governador Henrique Santillo nesta terça-feira, pela manhã, em busca desse consenso. Ao justificar essa intenção o dirigente goiano assinala: "parto do princípio que é possível encontrar-se uma posição unitária em relação às questões polêmicas na Assembleia Nacional Constituinte. Isso é possível e desejável".

Santillo lembra que a bancada de Goiás "já tem dado passos largos rumo a isso, porque repetidas vezes fizemos reuniões, debatemos todas as questões procurando os denominadores comuns que possam nos unir. Estaremos dando prosseguimentos a esse trabalho, debatendo o tempo de duração do mandato do Presidente da República, o sistema de governo e outros pontos polêmicos".

Ele acha que o PMDB deveria partir para uma posição semelhante, ou seja, reunir todos os seus parlamentares na tentati-

va de uma posição unitária, consensual. "Estou certo de que o partido poderá partir para isso tranquilamente nos próximos dias, encontrando os pontos comuns que possam nos unir a todos. Temos pregado isso desde o princípio. E bem verdade que pode ser que, num outro ponto se tenha que tomar votos no plenário para a definição. Tudo bem, mas acho que o esforço é válido. E preciso que se faça esse esforço no sentido de se encontrar um denominador comum dentro do PMDB em relação aos pontos polêmicos da Constituinte".

O governador de Goiás reafirmou ontem que não participará da reunião dos "históricos" do PMDB, hoje, em Brasília. "Em primeiro lugar eu já tinha compromisso prévio e, em segundo lugar, porque só admitirei participar de uma reunião geral do partido que consolide a sua unidade em torno de alguns pontos comuns e que permita ao PMDB nacional, através de uma proposta adequada, também dar essa resposta à sociedade brasileira. O País está ansioso por isso, em relação à conjuntura que estamos vivendo e também em relação ao que está pendente na Constituinte".

Álvaro apóia só licença

Curitiba — O governador Alvaro Dias, do Paraná, disse ontem que é favorável à tese de uma emenda constitucional que permita aos detentores de mandatos executivos disputar eleições sem necessidade da desincompatibilização dos cargos, bastando um licenciamento. Essa tese está sendo trabalhada pelos correligionários do gover-

nador de São Paulo, Orestes Quêrcia, como forma de facilitar sua candidatura à Presidência da República.

"É justo que todos os detentores de cargos executivos possam disputar novas eleições sem ter que abdicar nos cargos conquistados antes pelo voto", concorda o governador Alvaro Dias.

Líder do PMDB lança Ulysses

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, distribuiu ontem nota à imprensa defendendo o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, como "o retrato completo e acabado do candidato natural do PMDB". Mesmo assim, Ibsen afirma que ainda é cedo para o lançamento da candidatura de Ulysses à sucessão presidencial.

Divulgada na véspera da reunião dos históricos do partido, em que sucessão presidencial será um dos principais temas, a nota de Ibsen Pinheiro faz rasgados elogios a Ulysses Guimarães, que não estará presente ao encontro para não dar a ele um caráter oficial. O líder do partido na Câmara destaca que "por sua história no PMDB, na condução da campanha pelas diretas, na Constituinte, onde ele é a alma que empurra e puxa quando preciso, na condução

da transição... Ulysses Guimarães é o primeiro cidadão da República em qualquer cargo que ele ocupa".

A candidatura de Ulysses Guimarães não deve, no entanto, — na opinião de Ibsen — ser lançada agora. O PMDB só deve definir o candidato presidencial, segundo ele, depois que a Constituinte definir o sistema de governo e a data das eleições.

Cúpula acerta o que vai negociar com o Centrão

Na qualidade de presidente do PMDB, Ulysses Guimarães marcou uma reunião das principais lideranças para as 10 horas de amanhã, em sua residência oficial da Península dos Ministros, com direito a almoço, a fim de que o chamado estado-maior prepare as emendas que o partido defenderá em negociações com o Centrão.

Deverão participar dessa reunião-almoço os mesmos líderes que estiveram no encontro, à noite de quarta-feira, na casa de Ulysses, para preparar as emendas do partido ao capítulo da Ordem Econômica — senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa, deputados Egidio Ferreira Lima, Antônio Brito, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, entre outros.

Ao comentar a reunião de amanhã entre Ulysses e as principais lideranças do PMDB, o líder em exercício da bancada na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, sustentou que seu partido vai acabar encontrando o ca-

minho de reformas sociais moderadas, evitando os dois extremos que colocam de um lado os conservadores e, de outro, os que querem avançar demais.

Argumentou que o PMDB é a principal base de sustentação política da transição democrática. Qualquer abalo na estrutura do partido repercutirá fatalmente sobre o processo de transição. O esforço das lideranças mais responsáveis será imprimir um ritmo possível às mudanças sociais com as quais o partido está irremediavelmente comprometido.

— Não podemos ficar com a estabilidade absoluta no emprego, mas ficar só na indenização sugeria uma perda de empregos e proteção ao emprego, sem excessos — disse.

O líder do PMDB disse que a composição majoritária no partido é, sem qualquer sombra de dúvida, social-democrata, reformista, de centro-esquerda.

Os peemedebistas terão condições de negociar internamente um conjunto de mudanças sociais moderadas, evitando os radicalismos capazes de perturbar o trabalho constituinte e o próprio processo de transição.

Preparadas as emendas do PMDB no campo econômico, o objetivo de Ulysses e de suas principais lideranças é formular as emendas no campo social. "Não podemos radicalizar nos avanços e nem permitir posições estratificadas no conservadorismo. Teremos de dar ao País uma Constituição moderna e civilizada", disse Ibsen Pinheiro.

Ao analisar a atuação das diferentes correntes sociais dentro da Constituinte, Ibsen Pinheiro lembrou que o PT tem defendido avanços impossíveis; de tal forma que acaba inviabilizando as mudanças possíveis. Essa é uma prática política que conduz ao mesmo resultado do trabalho desempenhado pelos direitistas e conservadores.